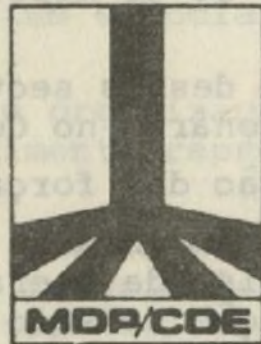




# por uma Frente de Unidade Revolucionária

## MANIFESTO



Desde o 11 de Março, passando pelas eleições, até aos últimos acontecimentos, temos assistido ao desenrolar da ofensiva reaccionária da burguesia com vista à recuperação do processo e ao esmagamento das vitórias alcançadas pela classe operária e pelo povo trabalhador.

A imposição de eleições burguesas e, conseqüentemente, os resultados obtidos pela social-democracia, as sucessivas crises do poder político-militar, o aproveitamento da situação social do Centro e Norte do país, as acções desencadeadas pela hierarquia da Igreja, a apresentação do "Documento dos Nove", o aproveitamento reaccionário da questão dos retornados de Angola, as manobras direitistas das assembleias militares, são os aspectos fundamentais dessa ofensiva, que tem contado e contará cada vez mais com o apoio activo do imperialismo, quer directamente quer através da chantagem económica e militar.

Atendendo à impossibilidade real de instauração em Portugal de um regime estável de dominação burguesa através de formas "democráticas, compreende-se facilmente a razão pela qual a ofensiva social-democrata contribuiu objectivamente para que a direita fascista se reorganizasse e reconquistasse posições.

Neste contexto a "solução" social-democrata para a crise actual acabará por desembocar inevitavelmente no golpe fascista.

A classe operária, os trabalhadores e as forças progressistas e revolucionárias, civis e militares, encontram-se pois perante uma ofensiva desenfreada da burguesia que só uma resposta firme e de massas pode derrotar.

A escalada reaccionária tem-se traduzido nos seguintes aspectos principais:

#### 1. NO CAMPO MILITAR

- a) Avanço das forças de direita no seio do MFA, com vista à sua dissolução no contexto geral das Forças Armadas que têm, ainda hoje, a mesma estrutura de 24 de Abril de 1974.
- b) Subalternização das ADU's e GDU's com vista à sua dissolução e restabelecimento de uma cadeia hierárquica de comando controlada pelos oficiais reaccionários.
- c) Dissolução ou neutralização de órgãos cuja actividade procurava defender os interesses da classe trabalhadora. Veja-se o exemplo da 5a. Divisão, cuja acção, apesar de erros cometidos, teve um saldo positivo que é sistematicamente escamoteado.
- d) Isolamento e até, em alguns casos, saneamento dos militares progressistas e revolucionários com vista a aniquilar a componente militar das forças revolucionárias que se podem opor no imediato ao avanço da direita.
- e) Preparação para o golpe militar reaccionário, a vibrar no momento em que a ofensiva institucional tenha atingido os seus objectivos.

Os chamados "nove" e seus colaboradores, seja qual for o seu grau de coesão, funcionaram como polo catalizador de toda a direita (fascista e social-democrata) criado assim uma base para a ofensiva político-militar reaccionária.

#### 2. NO CAMPO "CIVIL"

- a) Ofensiva política da social-democracia no sentido de repor a coligação PPD, PS, PC, com base nos resultados das eleições burguesas.
- b) Aproveitamento do justo descontentamento de sectores da pequena burguesia e do campesinato no sentido de os mobilizar contra o avanço do processo revolucionário.
- c) Tentativa de polarização destes sectores da população em torno das unidades militares de comando reaccionário no Centro e Norte do país.
- d) Abrir espaço à intervenção das forças terroristas do ELP.
- e) Lançamento de uma ampla campanha de desinformação através da imprensa reaccionária, dos caciques locais, da hierarquia da Igreja, etc., destinada a lançar a confusão e a inquietação no seio das massas populares.

A adesão e o apoio dos trabalhadores às linhas gerais do projecto político subscrito por alguns oficiais do COPCON, assim como a adesão e o apoio manifestados em relação à iniciativa de criação da FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA vieram demonstrar a disposição de largas massas para a Revolução, o que significa de certo a consciencia de que para não perder é preciso avançar.

Revela-se urgente, portanto, lançar uma ampla ofensiva de massas que mobilize os trabalhadores e os una em torno dos seus órgãos de poder popular no sentido do avanço imediato e sem hesitações do processo revolucionário, para derrotar a burguesia, destruir o aparelho de estado e construir o poder dos trabalhadores. Este imperioso objectivo só poderá ser levado à prática se as diversas organizações políticas revolucionárias e todos os militantes revolucionários souberem unir os seus esforços. A unidade revolucionária é fundamental e inadiável.

## II

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA, que estamos a construir pela unidade na acção das organizações políticas que a compõem, destina-se a contribuir para a unificação dos revolucionários em torno de uma plataforma revolucionária de luta que as massas assumam como sua.

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA permitirá conjugar os esforços de todos os revolucionários no sentido de impulsionar o reforço, a generalização e a coordenação dos órgãos de poder popular.

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA não se substitui à organização autónoma da classe operária e das massas trabalhadoras; o papel da Frente é o de contribuir para que os órgãos de poder popular cada vez mais se afirmem como fundamentais para a tomada do poder pelos trabalhadores e para o exercício do poder revolucionário do proletariado.

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA contribuirá pela sua prática para que se fortaleçam as alianças de classe de que o proletariado necessita para a tomada do poder e construção da sociedade socialista.

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA representa um contributo no sentido da unificação da vanguarda de classe, necessidade histórica do proletariado no caminho para a tomada e afirmação do seu poder revolucionário.

## III

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA aponta à classe operária, aos camponeses e a todo o povo trabalhador, aos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários, aos estudantes e intelectuais progressistas, o caminho da ofensiva de massas para derrotar a social-democracia e esmagar o fascismo.

A FRENTE DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA aponta como objectivos imediatos de luta das massas populares:

1. A organização da sua auto-defesa, em particular através dos órgãos de Poder Popular, face aos ataques armados da reacção capitalista.
2. A luta pelo total saneamento dos fascistas e sociais-democratas golpistas das Forças Armadas.
3. A luta pela total liberdade de reunião e organização dos soldados e marinheiros, única forma de as ADU's serem realmente representativas, democráticas e revolucionárias.
4. A luta pela repressão exemplar sobre os fascistas e contra-revolucionários de toda a espécie, caciques locais e clero reaccionário, responsáveis pela onda de violência anti-comunista que se vem desenvolvendo em muitas zonas do país.

5. A luta pela criação de Tribunais Populares capazes de exercerem sobre os contra-revolucionários a justiça de classe dos explorados e oprimidos.
6. A luta contra o poder dos grupos económicos ainda existentes, pela nacionalização sem indemnizações e sob controle dos trabalhadores das grandes empresas industriais e agrícolas, dos bancos e companhias de seguros estrangeiras no caminho para a apropriação colectiva dos meios de produção.
7. A luta pela generalização do controle operário sobre a produção e pelo controle organizado do povo trabalhador sobre toda a economia.
8. A luta pelo aprofundamento e generalização da reforma agrária que satisfaça revolucionariamente as necessidades e aspirações dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios camponeses organizados nos seus órgãos de Poder Popular, nomeadamente os Conselhos de Aldeia.
9. A luta contra os despedimentos e pelo pleno emprego dos trabalhadores.
10. A luta contra a carestia da vida que atinge o povo trabalhador da cidade e do campo beneficiando em particular os intermediários parasitas.
11. A luta pela independencia nacional face ao imperialismo e a qualquer bloco político-militar, baseada na aliança com os países anti-imperialistas e na solidariedade militante com os trabalhadores de todo o mundo. Isso exige desde logo a saída de Portugal da NATO e o fim do Pacto Ibérico.
12. A luta pela aliança revolucionária dos trabalhadores portugueses com o povo angolano, representado pelo seu único movimento de libertação, o MPLA.
13. A exigência da dissolução da Assembleia Constituinte e a denúncia do seu carácter burguês.
14. A luta pela constituição de um Governo de Unidade Revolucionária.

*O Secretariado Provisório*

Lisboa, 10 de Setembro de 1975